

A História Ambiental e a “crise ambiental” contemporânea: um desafio político para o historiador

*Ely Bergo de Carvalho**

Resumo:

Um novo conceito começou a ser empregado no Brasil nos últimos 15 anos, o de história ambiental. Os trabalhos que seguem tal linha representam uma resposta da história à atual "crise ambiental", que põe em cheque o futuro da própria espécie humana. O objetivo deste trabalho é analisar tal engajamento político, no qual se inserem as obras de história ambiental.

Palavras-chave: história ambiental, crise ambiental, engajamento político, memória social.

Abstract:

A new concept has begun to be used in Brazil in these last 15 years, the environmental history. The works which follow such line represent an answer to the present history "environmental crisis", which even threaten the future of the mankind. The aim of this work is to analyse such political engagement, in which are presented the works of environmental history.

Keywords: environmental history, political engagement, social memory

É comum os historiadores refletirem pouco sobre sua própria época. Mas “o presente” não cessa de interpelar os historiadores com novas perguntas. Ao mesmo tempo em que a “crise ambiental” contemporânea começava a se configurar como preocupação socialmente difundida, na década de 1970, um novo conceito passou a ser usado no meio acadêmico norte-americano, o de história ambiental, inclusive transformando-a em disciplina ministrada em cursos superiores.

No Brasil, são poucos os trabalhos que se identificam como de história ambiental, porém alguns trabalhos começaram a ser produzidos sob a influência desta historiografia, e, principalmente, cada vez mais trabalhos de historiadores vêm abordando temas “ambientais”.

O objetivo deste texto é analisar, à partir desta produção ainda pequena, quais respostas os historiadores podem dar as indagações geradas pela “crise ambiental” contemporânea. Ou seja, como o historiador ambiental está e/ou pode agir politicamente diante destas indagações feitas em nosso tempo.

Iniciamos abordando o que se pode entender por história ambiental,¹ para, em seguida, expor o que entendemos por “crise ambiental” e como ela refletiu no campo da história, e a partir daí, então, desvelar como se dá ou pode se dar o engajamento do historiador, primeiro ao produzir um determinado tipo de conhecimento e depois ao buscar interferir na produção da memória social.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC. (bolsista CNPq) E-mail: elycarvalho@zipmail.com.br. Orientadora Dr. Eunice Sueli Nodari; Co-orientador: Drº. João Klug.

O que é história ambiental?

Quando se menciona a respeito de história ambiental, talvez, de início, pareça evidente sobre o que se fala. Porém, o primeiro contato geralmente é ilusório. Tal denominação pode sugerir uma história do ambiente, do “mundo natural”, ou ainda uma genealogia dos problemas ambientais contemporâneos. Como se os problemas ambientais só tivessem ocorrido em nossa civilização. Os teóricos desta nova sub-disciplina jamais defenderiam estes simplismos.

Um destes teóricos, Donald Worster, afirma que, no início do século XX, a história se restringia à “política do passado”. No decorrer do século, os historiadores duvidaram que tão poucos homens ocupados com o poder do Estado poderiam ter tal controle sobre o passado e passaram a fazer de toda a sociedade objeto da história.

Agora chega um novo grupo de reformadores, os historiadores ambientais, que insistem em dizer que temos de ir ainda mais fundo, até encontrarmos a própria terra, entendida como um agente e uma presença na história.²

Assim, devemos levar em conta estes outros “sujeitos da história”, os “elementos naturais” que têm a capacidade de condicionar significativamente a sociedade. Não mais se busca explicar os fatos sociais exclusivamente pelos fatos sociais, como fazia Durkheim, não mais explicar a sociedade pela sociedade e a “natureza” pela “natureza”, e sim procurar entender a interação entre ambos, que gera a sociedade e a “natureza” tal como as conhecemos, unindo, desta forma, o que jamais esteve separado, salvo nas análises humanas.³

Logo, a proposta é entendermos a antropossociedade dentro do ecossistema do qual faz parte e assim entender melhor ambos.

Isto não significa cairmos nos determinismos geográfico e biológico, que ainda figuravam nas explicações científicas até meados do século passado. De forma alguma se reiteram as teorias que já afirmaram que “o brasileiro é indolente devido ao clima tropical”. “A cultura humana age sobre o meio físico-material, propiciando significados e usos complexos dos seus elementos.”⁴

Um bom exemplo, acreditamos que seja, *O Brasil e a luta pela borracha*, de Warren Dean, que, diante da questão do porquê no Brasil, a *Hevea brasiliensis* (árvore nativa da qual se extrai o látex para a fabricação de borracha) não se desenvolveu em sistema de *plantation* de borracha, ao mesmo tempo em que mudas destas árvores se adaptaram em países asiáticos, o que ocasionou a perda do monopólio brasileiro de tal produto no mercado mundial. Ao invés de procurar a causa de tal fenômeno nas tramas do mercado internacional, ele chama a atenção para um fungo nativo na América, que atacava a *Hevea* - quando a árvore estava na floresta, o fungo pouco se desenvolvia, porém, quando plantada em fileiras, tal fungo crescia de forma a prejudicar as árvores, impossibilitando seu cultivo no sistema de *plantation*. No entanto, tal fungo não existe na Ásia, o que possibilitou o desenvolvimento de *plantation* naquele continente.

Por conseguinte, a dicotomia natureza X cultura prejudica não apenas nossa compreensão do “social”, mas também do “meio natural”. A idéia de uma natureza intocada, sem a interferência humana, se mostra enganosa, assim como a idéia de se buscar entender uma antropossociedade pelos seus elementos sociais, como se esta não fizesse parte de um ecossistema. Na verdade, conforme defende Francisco Carlos Teixeira da Silva, referindo-se à história das paisagens - a noção de uma paisagem natural em oposição à paisagem social deve ser abandonada, uma vez que, tal separação é arbitrária, devendo ser substituída em favor de um *continuum*.

Um bom exemplo, dado pelo mesmo autor, é a paisagem típica da área litorânea do Rio de Janeiro, no século XVIII, composta de imensos canaviais, envolvendo “sertões” - ilhas de mata nativa, e pontilhadas de roças:

As possibilidades técnicas, o nível de disponibilidade demográfica do trabalho e o direcionamento da produção impunham um sistema de uso dos recursos naturais. [...] normas, escritas ou não, garantiam os direitos de uso da terra e as normas de conservação do [...] ‘sertão’. O imperativo de se dispor de energia - em uma época em que a lenha era a fonte básica - regulava e detalhava o uso da floresta. Ora, a aparente polarização campo/floresta mostrar-se-ia, desta forma, como complementaridade: mesmo que nunca houvesse sido cultivada, [...] no Rio de Janeiro, a floresta era produto das normas então vigentes. A sua própria existência, em meio a áreas agriculturáveis, já era, em si, um resultado do direito. Além de tudo, a ação constante do homem catando gravetos, recolhendo frutos, caçando animais ou controlando incêndios - para só citar trabalhos ‘leves’ no interior do bosque - alterava em profundidade o comportamento das populações vegetais. Tudo somado implicava que a floresta já não era, desde há muito, ‘natural’. Assim, a distinção formal entre paisagem natural e paisagem cultural mostra-se [...] bastante prejudicial a um amplo entendimento da relação homem/natureza.⁵

Eis aqui um bom exemplo da complexa interação entre os elementos ditos “naturais” e “sociais”.

Se admitirmos este *continuum*, e que os seres humanos fazem parte da “natureza”, isto nos deixa com um grande problema de como delimitar este suposto campo, e distinguir, a história ambiental. E aqui se situa um dos grandes problemas apontados por Worster, o fato de que, “mesmo se delimitarmos uma parte da totalidade e a chamarmos de ‘ambiente’, ainda assim ficaremos com a trabalhadeira inadiministrável de tentar escrever a história de ‘quase tudo’.” Para ele, “infelizmente, não existe mais nenhuma outra alternativa diante de nós”.⁶

A história ambiental seria uma história de tudo? Toda história seria história ambiental? A história social teve um problema semelhante, de ser tão abrangente, a ponto de perder a sua própria identidade. Se toda a história for história social, logo, a história social não seria nada, pois perderia a sua capacidade de conceituar, distinguir, definir algo. Analisando esta questão, Eric Hobsbawm afirma que:

Os aspectos sociais ou societais da essência do homem não podem ser separados dos outros aspectos de seu ser, exceto à custa da tautologia ou da extrema banalização. Não podem ser separados, mais que por um momento, dos modos pelos quais os homens obtêm seu sustento e seu ambiente material. Nem por um só momento podem ser separados de suas idéias, já que suas mútuas relações são expressas e formuladas em linguagem que implica conceitos no momento mesmo em que abrem a boca.⁷

Ou seja, a história social realmente não é um campo que possa ser isolado, mas:

A história social mantém, entretanto, seu nexo básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – sociais- na explicação histórica. Neste sentido, parece-me mais atual que nunca o afirmado por Hobsbawm, no início dos anos 70, de que é possível escrever tanto uma história social do mercado de grãos, como uma história social da arte renascentista. Isto não nos traz de volta à identificação entre história social e toda a história, porque é possível (e freqüente), hoje, uma história econômica ou uma história cultural que prescindam da vivência humana e de sua experiência socialmente diferenciada como variáveis explicativas.⁸

Podemos fazer uma analogia, para afirmar que *há um nexo básico de constituição, na história ambiental, não como campo, mas como forma de abordagem que procure compreender a interação entre as antropossociedades e os ambientes “naturais”, dos quais fazem parte.*

Uma história que aborde apenas os elementos “naturais” independentes dos seres humanos é possível, mas não desejável. E uma abordagem apenas das antropossociedades, como se esta existisse à parte do seu ambiente, é prática hegemônica dentre os historiadores. É na interação destes elementos que se situa a história ambiental, como ressalta W. Beinart: a história ambiental trata dos vários diálogos, ocorridos no tempo, entre as pessoas e o resto da natureza, enfocando seus impactos recíprocos.⁹

Acompanhando autores norte americanos, Arthur Soffiati afirma que: o que “distingue a ecohistória das histórias econômica, social, política e cultural é a incorporação da natureza não-humana (domínios físico-químico e biológico) como **agente de história**. Outro traço distintivo é a interação dos mundos natural e cultural, o que pressupõe uma continuidade entre natureza e cultura.”(grifo nosso).¹⁰ Para este autor, ter “a natureza não-humana” como agente ativo seria um delimitador da história ambiental.

É uma definição possível, que tem a vantagem de demarcar a história ambiental, separando-a das histórias econômica, política e cultural. Todavia, não cabe nela, de forma alguma, tudo que vem sendo pesquisado sob o rótulo de história ambiental. E, como definir o que seja a “natureza não-humana” como agente ativo? Se existe uma continuidade entre cultura e natureza, onde está o limite que nos permite identificar a natureza como agente ativo? Quando pensamos que podemos estabelecer um limite claro, logo ele se esvanece.

O certo é que, sob o rótulo de história ambiental, há trabalhos que abordam na prática as antropossociedades, e outros que abordam quase que exclusivamente os elementos não antropossociais da natureza. Mas é na interação entre as antropossociedades e o ambiente, do qual fazem parte, que se encontra o sentido da história ambiental.

Não se pretende chegar a uma definição rigorosa pois em primeiro lugar é um conhecimento que está nas fronteiras; e em segundo lugar as fronteiras estão evanescentes. Procurar estabelecer os limites da história ambiental e seus pontos de contato com outras disciplinas é uma questão teórica central para esta abordagem.¹¹ Ocorre que vivemos em uma época em que as fronteiras estão em cheque. Não que seja o fim das fronteiras, distinguir é preciso, mas não podemos isolar os elementos. As demarcações absolutas estão em crise, como na tentativa de demarcação clara entre ciência e não-ciência, ou a “crise da demarcação nítida entre o objeto, sobretudo o ser vivo, e o meio ambiente”. Desta forma os conceitos fechados e claros estão em crise.¹² E é por isto que sentimos tanta dificuldade em demarcar a história ambiental.

“Crise ambiental” contemporânea: um desafio político

Cada sociedade elabora suas próprias perguntas ao passado. As questões ambientais são um exemplo disto. Uma história da Mata Atlântica, tal como feita por Warren Dean, em 1994, seria impensável cinquenta anos atrás. Segundo Worster, a história ambiental teria surgido junto com um grande aumento da preocupação pública com os problemas ambientais, assim¹³:

A história ambiental nasceu [...] de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico que não tinha uma simples ou única agenda moral ou política para promover.¹⁴

Ou ainda como afirma David Arnold, vivemos em uma época na qual se valoriza cada vez mais a “natureza”, mesmo que esteja sendo violada em uma escala sem precedente, é certo que os historiadores façam suas as preocupações que informam e agitam as sociedades onde eles mesmos vivem.¹⁵

Nenhuma sociedade atingiu o nível e a velocidade de transformação do ambiente comparável aos da sociedade industrial. Pascal Acot trata esta questão nestes termos:

Produzindo seus meios de existência num processo cada vez mais complexo e intensificado de transformação da natureza, os homens chegaram, neste fim de século, a um momento em que os efeitos perversos desse processo, embora ainda localizados no espaço e no tempo, os conduzem a se interrogarem sobre o próprio futuro de sua espécie.¹⁶

É claro que as sociedades pré-industriais tinham a capacidade de degradar seu ambiente, até mesmo de destruir ecossistemas, todavia em velocidade e volume que não podem ser comparados aos da sociedade industrial. Mas é difícil comparar o efeito da degradação para civilizações diferentes. O que é absolutamente novo é o efeito global da atual crise.

O sistema capitalista gerou uma história global da humanidade, posto que, até seu surgimento, todas as civilizações foram autônomas em relação ao conjunto das demais civilizações. E foi só com a internacionalização econômica e cultural gerada pela expansão do sistema capitalista que passamos a ter processos de transformação, na temporalidade humana, que fazem a interligação de quase toda a humanidade.¹⁷ Foi somente com a crise ambiental que se produziu uma consciência de um vínculo, que até então não existia, entre a totalidade dos seres humanos. Afinal, pelo menos desde a invenção da bomba nuclear, temos a possibilidade de destruição de toda a humanidade.¹⁸ Finalmente, toda a humanidade tem uma mesma comunidade de destino, compartilhamos um mesmo futuro, ou ao menos, cada vez mais pessoas acreditam nisto.

Uma catástrofe ecológica iminente passou a preocupar não só os ecologistas, mas também outros setores da sociedade civil. Estas preocupações têm se traduzido em um forte consenso de que alguma coisa precisa ser feita urgentemente para interferir no processo de degradação ambiental.¹⁹

Tais efeitos deletérios ao ambiente, a ponto de colocar em risco os próprios seres humanos, ou pelo menos a crença cada vez mais generalizada de que eles existem e que algo precisa ser feito para mudar nossa relação com o ambiente é o que denominamos de “crise ambiental”.

Um criador, concomitantemente expressão, desta consciência, é o movimento ambientalista. Como apontam Lago e Pádua, há muito, escrevia-se sobre a problemática ambiental. O próprio conceito de ecologia foi formulado em 1866 por Ernest Haeckel, no entanto, durante muito tempo, tais preocupações ficaram apenas entre um grupo crescente mais restrito de cientistas e amantes da natureza. A crença, seja de esquerda ou de direita, de que o progresso levaria o homem a uma sociedade melhor era dominante, e os recursos naturais pareciam inesgotáveis, como se, realmente, sempre houvesse mais recursos. É na década de sessenta que a questão ambiental começa a ser objeto de preocupação de grupos cada vez maiores da população, nos EUA e na Europa. Hoje, a maioria dos países possui uma legislação específica para os problemas ambientais, a educação ambiental é institucionalizada e as ONGs que têm por objetivo trabalhar questões ligadas à preservação ambiental são milhares e estão espalhadas por todo o mundo. Essas transformações não ocorreram por si mesmas, o movimento ambientalista se organizou, aumentou seus contingentes e lutou em defesa de tais idéias. Assim, cada nova lei de preservação da “natureza” é fruto geralmente do trabalho organizado da sociedade civil.²⁰

No Brasil, o movimento ambientalista tem origem em ações desde, pelo menos, o início do século XX.²¹ Todavia, mais recentemente, ele passou por duas fases, de 1971-1985, tem-se o discurso preservacionista, que propunha pura e simplesmente a conservação de animais e plantas. Já depois de 1986, assume-se uma postura baseada no desenvolvimento sustentável, que não se preocupa somente com a conservação, mas, a partir de uma análise global do problema, procura o crescimento econômico, com uma base ecológica, buscando, assim, a convivência do ser humano com a “natureza” e não apenas a preservação desta ou daquela espécie. Somente após 84/86 é que, em grande parte devido a um aumento da movimentação da sociedade civil, o Governo assume não mais uma posição preservacionista, que geralmente era fruto de pressões internacionais, e sim uma preocupação sistêmica com o meio onde vivemos.²² O aumento da preocupação social com os problemas ambientais foi diagnosticado por Livia Barbosa, ao afirmar que, a partir do início da década de 1990: “O meio ambiente se tornou o grande referencial para todos os grupos. Do ponto de vista político, a adaptação ao tema ecológico, ainda que de forma superficial, apresenta-se como a única saída competitiva”. Uma vez que até mesmo garimpeiros mudaram seu discurso para serem “ecologicamente corretos”²³

Diante de um movimento social e um tipo de preocupação que ocupa um espaço tão grande em nossa sociedade, fica evidente que as perguntas feitas pela história ambiental são aquelas que o nosso tempo, nossos problemas e preocupações atuais, fazem para o passado. É por isto que apenas cinquenta anos atrás uma obra, como a da Dean sobre a Mata Atlântica, poderia ser considerada uma excentricidade, enquanto hoje é aplaudida como algo “necessário”.

Considerações sobre a “oficina do historiador”

Como o historiador pode responder a este desafio político, da “crise ambiental”? Para responder a esta pergunta, temos que ter claro qual o “ofício do historiador”, e aí nos deparamos com a dificuldade de, na atualidade, conviverem concepções diferentes, e às vezes conflitantes, sobre o “ofício do historiador”.

Não há como fazer aqui um amplo balanço de concepções de história, nos restringiremos a defender duas posições que refletem a concepção de história da qual partimos: primeiro, que o conhecimento histórico é socialmente engajado e, segundo, que ele é rigoroso²⁴.

O engajamento social do historiador, já foi explicitado anteriormente, já se afirmou que “toda história é militante”, tendo em vista que parte de interesses e valores presentes. Não cabe aqui discutir sobre se isto impediria a neutralidade científica, uma vez que não acreditamos em tal mito. Mas isto não significa que a história seja meramente “panfletária”, como ressalta Hobsbawm:

Os historiadores, como os demais seres humanos, têm o direito de idearem um futuro desejável para a humanidade, lutarem por ele e ficarem animados quando descobrem que a história parece estar seguindo o caminho que eles imaginaram, como por vezes acontece. Em todo caso, não é um bom sinal do caminho que o mundo vai seguindo quando os homens perdem a confiança no futuro, e cenários de *Götterdämmerung* tomam o lugar das utopias. Porém, o trabalho do historiador de descobrir de onde viemos e para onde estamos indo não deve ser afetado enquanto trabalho pelo fato de gostarmos ou não dos resultados prospectivos.²⁵

Este controle, é possível ao historiador, mesmo se reconhecermos que a narrativa histórica é uma construção, posto que ela não é arbitrária, ele é feito dentro de pelo menos dois limites: os das fontes e o da “comunidade de pesquisa”, em perpétuo diálogo.²⁶

Desta forma, podemos afirmar que o historiador é capaz de produzir um conhecimento rigoroso:

Reivindicar, enfim, a função central da história na análise do desenvolvimento social. Quiçá esta função se reduza a mostrar, ao amparo de dados fidedignos e de uma explicação racional, que a investigação histórica produz conhecimentos positivos que nos ajudam a compreender as condutas, as idéias, os legados e as aspirações profundas dos seres humanos.²⁷

Assim, a história ambiental, em especial ao se apropriar de metodologias da geografia e da ecologia, pode responder perguntas como: Que grupos sociais esgotaram tais recursos? Quando e como tal área foi degradada? Ou como era uma dada vegetação antes de uma dada ação antrópica? E com isto, por exemplo, subsidiar a elaboração de políticas públicas. Com isto, cumprindo a função que Josep Fontana afirma ter uma “boa história”, a de orientar o seus estudos para as necessidades e problemas atuais da humanidade, esforçando-se para apontar elementos que sirvam, pelo menos, para fazer mais rica e lúcida a consciência que os seres humanos têm de sua situação.²⁸

Todavia, as maiores preocupações e contribuições da história ambiental talvez não estejam no campo da produção de informações, seja sobre as antropossociedades, seja sobre o meio do qual fazem parte, e sim no campo das lutas pela memória.²⁹

As poucas obras produzidas no Brasil, sob a influência da história ambiental, apresentam esta preocupação, de fundo, com a memória. Assim Warren Dean finaliza sua obra *A ferro e fogo: história e devastação da Mata Atlântica brasileira*, afirmando que o “último serviço que a Mata Atlântica pode prestar, de modo trágico e desesperado, é demonstrar todas as terríveis conseqüências da destruição de seu imenso vizinho do oeste” (a Floresta Amazônica),³⁰ ou ainda como José Augusto Drummond, em *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro*, quer alertar os cariocas para as “vantagens e os prejuízos retirados de nossa (dos cariocas) ação sobre o nosso meio ambiente para ter condições de dialogar com os habitantes de outros estados e regiões”.³¹

Warren Dean, ao final da narrativa da devastação da Mata Atlântica, argumenta que poucos brasileiros conhecem a história desta devastação e salienta:

Não deveria esse holocausto produzido pelo homem ser relatado de geração para geração? Não deveria o manual de história aprovado pelo Ministério da Educação começar assim: ‘Crianças, vocês vivem em um deserto; vamos lhes contar como foi que vocês foram deserdadas.’³²

Nesta passagem, a preocupação e o engajamento da obra do autor na luta pela construção da memória social ficam explícitos. Para entendermos este engajamento, devemos primeiro esclarecer a relação entre história e memória, e como os historiadores ambientais podem se inserir na produção de memória.

Entre história e memória

No seu sentido mais amplo, a memória pode ser entendida como uma “base, seja ela qual for, sobre a qual se inscrevem as concatenações de atos”, ou reduzindo um pouco o conceito, como “um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.³³ Sobre as várias dimensões da memória, muito já se escreveu em diversas áreas, aqui o que nos interessa, como historiadores, é a produção social da memória. A memória social não é o registro indelével de experiências passadas, é sim a construção sempre presente que os grupos sociais fazem, a qual serve, entre outras coisas, para manter a coerência e a identidade do grupo. É evidente que as memórias devem partir de experiências comuns compartilhadas, mas como interpretar tais experiências, o que deve ser esquecido e o que deve ser lembrado, são perpetuamente redefinidos.³⁴ A memória assim, posta em jogo, é um elemento fundamental na luta de poderes das forças sociais, como enfatiza Jacques Le Goff: “Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades.”³⁵

Na atualidade, para Pierre Nora, a aceleração da história, ou seja, os rápidos processos de transformação corroem os suportes sociais da “memória coletiva”, que são os elementos de preservação do sentimento de continuidade nas sociedades pré-industriais, assim, não mais garantem uma ligação com o passado. Desta forma, a “memória espontânea”, que caracterizaria especialmente as comunidades rurais pré-industriais, teria sido substituída por uma “memória arquivo”, pela criação de lugares de memória, isto é, não sendo mais uma “prática social”, a memória nos vem do exterior e “nós a interiorizamos como uma obrigação individual”,³⁶ por conseguinte, “há locais de memória porque não há mais meios de memória”.³⁷ Estes lugares de memória não seriam mais “memória espontânea” e sim história, posto que produzidos. E é neste sentido que, para ele, a história é destruidora de memória.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no eterno presente; a história, uma representação do passado. [...] A memória emerge de um grupo que ela une [...] A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal.³⁸

Devemos aprofundar esta relação entre memória e história. Para tanto acompanhemos a análise de Norberto Luiz Guarinello. “Falar em lugares de memória pressupõe, precisamente, uma pluralidade de memórias distintas, particulares, produzidas por instituições e grupos sociais diferentes e que podem utilizá-las como meio de ação e conflito.”³⁹ Todavia, estas memórias produzidas, por diversos agentes não são necessariamente opostas à “história científica”. Tais histórias “se utilizam, inevitavelmente, de pressupostos, conceitos, estruturas cognitivas que fazem parte das representações sociais dominantes”. Elas são produzidas, “em grande parte – suma ironia! – a partir das reflexões, dos conceitos e do trabalho dos historiadores profissionais.”⁴⁰ Deste modo:

Os vínculos entre memória coletiva e história científica podem [...] ser vistos, em primeiro lugar, como uma relação positiva, pois a história produzida por historiadores, por especialistas em história, enriquece as representações possíveis da memória coletiva, fornece símbolos, conceitos, **instrumentos rigorosos** para que a sociedade pense a si mesma em sua relação com o passado. Mas podem também ser vistos sob um ângulo negativo, porque a história científica se volta regularmente contra as representações produzidas pela memória “espontânea” da sociedade, destruindo seus suportes, atacando seus princípios, seus pressupostos, seus símbolos. (grifo meu)⁴¹

Desta forma, a relação entre história e memória não pode ser vista como competição e conflito. A memória e a história, na atualidade, têm características diferentes do período do Antigo Regime, contudo, há uma “circularidade” entre elas, que, apesar de não ser de poderes equivalentes, está longe de ser parte de uma relação linear de dominação. Devemos perceber tanto história como a memória em suas inserções sociais, como produtos dos conflitos sociais, guardando ambas as suas especificidades e irredutibilidades.

Deve ficar claro que não só a memória social é fruto dos conflitos sociais de poderes, mas também o é a história, embora seja simultaneamente uma forma de conhecimento rigoroso:

A memória não é, portanto, um espaço harmônico e uniforme, nem se constitui, sobretudo hoje, num campo homogêneo, onde reine absoluta uma memória hegemônica, uma só representação do passado, seja aquela do Estado ou dos grupos dominantes. [...] a despeito dos esforços nesse sentido, essa centralização não conduziu à produção de uma memória unificada e monolítica. [...] O próprio lugar da disciplina histórica não é um espaço homogêneo, mas também um campo de conflitos. Não podemos mais encará-lo como uma caixa de ressonância da voz monolítica do estado-nacional ou das classes dominantes.⁴²

E que a história é uma forma de conhecimento que também produz memória, e:

que pode ser usado para rememorar, celebrar, glorificar o passado e o presente, e também, sobretudo, para criticá-los, para defrontar-se com os vestígios do passado, demonstrando como e por que o presente foi produzido, de que modo as relações econômicas, culturais e políticas determinaram, no curso da história, que grupos e indivíduos conseguiram alçar-se sobre a morte e perpetuar uma memória de si.⁴³

O historiador pode se utilizar da memória para produzir história, como ao utilizar fontes orais, mas o que ele produz e como ele produz entra no circuito social de produção de memória, desta forma, cabe ao historiador, uma certa responsabilidade ética sobre a memória social, pelo menos no que ele produz, como afirma Le Goff: “A memória, onde cresce a história, que, por sua vez, a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.”⁴⁴

É evidente que os historiadores não são “senhores da memória”, a “produção historiográfica não é senão um pequeno segmento de memória social, um segmento que, a bem da verdade, possui uma esfera de atuação e uma influência social relativamente limitada.”⁴⁵

Há, pelo menos, duas esferas de atuação da história ambiental na produção de memória. No circuito mais fechado da academia, que “como uma estrutura de poder, em parte, ao menos, tem suas próprias regras, seus próprios dominantes e dominados, aqueles que controlam os postos universitários, que elaboram os currículos, que têm acesso aos

meios de comunicação”.⁴⁶ Ali os historiadores ambientais terão que lutar por um dado espaço, o que não é fácil, uma vez que precisarão disputar espaço e recursos, em geral cada vez mais escassos, com temas e abordagens já consagrados. Este é o espaço privilegiado da história ambiental como uma produtora de informações, em que, por exemplo, o historiador ambiental pode participar ativamente de equipes inter e multidisciplinares, como as que fazem Relatório de Impacto Ambiental. Seja partindo do seu instrumental próprio de “lidar com arquivos”, seja utilizando instrumental de outras disciplinas, ele pode produzir informações sobre os processos de transformação das antropossociedades e dos ambientes dos quais fazem parte.

Na esfera mais ampla, como no Brasil, os historiadores profissionais ainda têm muito pouco espaço na mídia, ao contrário de países como a França, é, talvez, nas escolas onde mais os historiadores podem influir na produção social de memória. É evidente que eles não controlam o que vai se estudar, isto é fruto de um amplo embate social, no jogo pelo “controle da memória”. Todavia, espaços de influência existem, seja nos debates sobre os currículos, ou na formação de novos professores, até porque o “meio ambiente” é um dos temas transversais que, teoricamente, norteariam todas as disciplinas. Assim, o apelo de Warren Dean que: as cartilhas aprovadas pelo Ministério da Educação iniciem afirmando: “Crianças, vocês vivem em um deserto; vamos lhes contar como foi que vocês foram deserdadas”, mais que retórica, se torna algo factível.

Se há uma luta e uma possibilidade do engajamento na produção de uma outra memória, qual seria o conteúdo desta outra memória que os historiadores ambientais tentam construir? Se retornarmos a nossa análise sobre a história ambiental, poderíamos afirmar que não é apenas a tentativa de incorporar alguns objetos, como árvores, rios e parques nacionais, na fala dos historiadores, e sim uma abordagem que visa narrar a história não tendo o ser humano como único ator, ou seja, considerá-lo como parte do seu meio. Procurar definir melhor projetos de como deveria ser nossa memória social equívale a mapear as múltiplas utopias que motivam o movimento ambientalista. Neste sentido, o número de passados desejados equívale ao número de futuros.

Considerações finais

Já se afirmou que cada “geração” deve reescrever “toda a história”, não porque a “geração” anterior tenha sido incompetente para produzir sua história, mas porque cada “geração” deve escrever a “sua história”.

Aqui argumentamos que a história ambiental é uma abordagem que visa reescrever a história, atendendo às demandas de nossa época. O historiador ambiental tem o desafio político de produzir um conhecimento, não apenas sobre os seres humanos, que sirva para situa-los em seus processos de transformação, e, além disso, estar engajado em um processo de transformação de nossa memória social.

Desta maneira, é necessário escrever e contar uma outra história para nossas “crianças”, a fim de contribuir para a construção de uma nova memória social, na qual os seres humanos lembrem que são partes da “natureza”. Esta é uma nova demanda que está diante do historiador, em suas pesquisas, seja em sala de aula, seja nos “arquivos”. É preciso (re)contar a história das nossas cidades, estados, biomas, continentes por esta outra perspectiva, para podermos construir um outro olhar sobre o meio em que vivemos.

Notas

- ¹ Esta parte do texto já foi apresentada por nós anteriormente nos Anais, da XXII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica.
- ² WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. p. 198-199.
- ³ DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991. p. 177-197.
- ⁴ Ibid. p. 181
- ⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203-216. p. 209
- ⁶ WORSTER, op. cit., p. 214
- ⁷ HOBBSAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 87
- ⁸ CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da história: Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus: 1997. p. 45-59. p. 54
- ⁹ Environmental history deals with the various dialogues over time between people and the rest of nature, focusing on reciprocal impacts. BEINART, W. Environment and History, 1995, p. 1 apud: HISTÓRIA DO AMBIENTE – TEORIA, Disponível em: <http://www.madinfo.pt/organismos/ceha/ecologia/23.HTM>. Acesso em 03 jan. 2002.
- ¹⁰ SOFFIATI, Arthur. A ecohistória como fronteira entre natureza e cultura: o caso dos manguezais do norte do Estado do Rio de Janeiro – Brasil. [S.l.: s.n.], 1999, 7 p. xerox. p. 2
- ¹¹ BENGGOA, Guillermo. Siete notas sobre historia ambiental. Disponível pelo Theomai Red de Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo. Disponível em: <<http://www.unq.edu.ar/theomai/artbengoa001.htm>>. Acesso em: 03 jan. 2002.
- ¹² MORIN, Edgar. Ciência com consciência. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 183
- ¹³ A história ambiental, tal como vem se configurando, é uma resposta a “crise ambiental”, é esta a tese que defendemos neste item, mas isto não quer dizer que os estudos de história ambiental, em termos teóricos e metodológicos, sejam “novos”. O quanto é “nova” a história ambiental é uma questão controversa, discutida por nós em um texto nos Anais, da XXII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica.
- ¹⁴ WORSTER, op. cit., p. 199
- ¹⁵ ARNOLD, David. La naturaleza como problema histórico: El medio, la cultura y la expansión de Europa. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 10
- ¹⁶ ACOT, Pascal. História da Ecologia. 2. ed. São Paulo: Campus, 1990. p. 190
- ¹⁷ ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Os Annales e a historiografia francesa: tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault. Maringá: EDUEM, 2000. Não se trata de postular uma homogeneidade cultural global, e sim a “produção” de problemas globais que demandam soluções globais.
- ¹⁸ GRÜN, Mauro. Ética e Educação Ambiental: A conexão necessária. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1996.
- ¹⁹ Ibid. p. 20
- ²⁰ LAGO, Antonio; PÁDUA, José Augusto. O que é ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ²¹ DEAN, Warren. A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ²² VIOLA, Eduardo. O movimento ambiental no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização públicas para a institucionalização e do desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, Mirian (org.). Ciência e política. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p. 49-76
- ²³ BARBOSA, Livia. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 229-243, 1991. p. 242
- ²⁴ É evidente que não partimos do modelo de rigorosidade do paradigma cartesiano/galileano, o que não implica

- que fora deste modelo não exista rigorosidade, mesmo que seja um “rigoroso flexível”, próprio do “conhecimento histórico”. Cf. GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 143-180. p. 179
- 25 HOBBSAWM, op. cit., p. 66
- 26 Ver: GINSBURG, Carlo. Unus Testis. O Extermínio dos Judeus e o Princípio de Realidade. Fronteiras: Revista de História, Florianópolis, n. 7, p. 7-28, 1999 e THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 47 et seq.
- 27 FLORESCANO, Enrique. A Função Social do Historiador. Tempo, Rio de Janeiro, v. 4, p. 65-79, 1997. p. 78
- 28 FONTANA, Josep. La história después del fin de la historia: Reflexiones acerca de la situación actual de la ciencia histórica. Barcelona: Crítica, 1992. p. 78
- 29 Tal divisão entre produzir informações e narrativas que se insiram na luta pela memória é arbitrária, sendo adotada por motivos didáticos.
- 30 DEAN, op. cit., p. 380
- 31 DRUMMOND, op. cit., p. 11
- 32 DEAN, op. cit., p. 379
- 33 LE GOFF, Jacques. História e Memória. 4. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996. p. 423 e 425
- 34 POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3., p. 3-15, 1989.
- 35 LE GOFF, op. cit., p. 426
- 36 NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Proj. História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. p. 17
- 37 Ibid., p. 7
- 38 Ibid., p. 9
- 39 GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero/ANPUH. v. 15, n. 28, p. 180-193, 1995. p. 187
- 40 GUARINELLO, op. cit., p. 190
- 41 GUARINELLO, op. cit., p. 181. Tal contraposição entre história e memória é um fundamento do “discurso historiográfico. “A função mesma da história como ciência carregava em si uma condenação da memória espontânea da sociedade, desautorizada como ideologia, como senso comum [...] uma espécie de mito de fundação, um mito que definiu um saber como científico, positivo e verdadeiro” (GUARINELLO, op. cit., p. 182). Acreditar em tal mito pode nos levar a uma concepção de história cientificista, negá-lo pode nos levar a tornar indistinta história e memória, o que nos levaria a conceber a história como um conhecimento não rigoroso. Mas o referido autor vai ao encontro da concepção de história por nós esboçada ao afirmar que: “História científica e memória coletiva não se confundem [...] se constituem e se diferenciam pelos lugares distintos em que são produzidas.” (GUARINELLO, op. cit., p. 185).
- 42 Ibid., p. 189-90
- 43 Ibid., p. 191
- 44 LE GOFF, op. cit., p. 477
- 45 GUARINELLO, op. cit., p. 181
- 46 GUARINELLO, op. cit., p. 190